

AS FAZENDAS DO SUL DE MINAS E A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO: Valorização e salvaguarda do patrimônio regional

Larissa de Souza Pereira

Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo

Orientadora: Maria Cristina da Silva Schicchi

Email: larisarq@yahoo.com.br

RESUMO

O conjunto de fazendas localizado no sul do estado de Minas Gerais, representa um grande acervo de reminiscências da formação do território durante as primeiras tentativas de chegada às minas de ouro, sendo formador de uma paisagem rural, que será analisada como representação espacial do processo de construção do território, e elemento gerador das cidades existentes na região. Tais exemplares serão adotados como formadores de um patrimônio cultural paisagístico singular, representativo de uma identidade da região, que ultrapassa a dimensão arquitetônica e monumental. A interpretação adequada do patrimônio como paisagem construída, e portanto, cultural, requer a consideração do conceito de lugar como referência para a implantação de possíveis ações de preservação e gestão. Deste modo, a pesquisa busca demonstrar possíveis avanços quanto à compreensão e caracterização da área de estudo, além de uma ampliação da discussão dos critérios de seleção e classificação desse legado cultural.

Palavras-chave: Paisagem Cultural, Lugar, Território, Patrimônio Disperso

ABSTRACT

The group of farms in the southern state of Minas Gerais, is a large collection of reminiscences of the territory during the first attempts to arrival to the gold mines, building a rural landscape, which will be examined as a spatial representation of the process construction of the territory, and as a generator element of current cities in that region. These farms will be considered formers of a singular cultural landscape heritage, representing an identity of the region, beyond the architectural and monumental dimension. The appropriate interpretation of heritage as built environment, and therefore cultural, requires consideration of the concept of place as a reference for the implementation of possible conservation and management actions. So, the research wants to demonstrate possible advances in the understanding and characterization of the study area, as well as an extension of the discussion of the selection classification of cultural legacy.

Key words: Cultural Landscape, Place, Territory, Scattered Heritage

1. IDENTIDADE: UMA PROBLEMÁTICA CONTEMPORÂNEA

São inúmeras as tendências urbanísticas que realçam as abordagens sobre a cidade e suas ambiências. Muitas destas abordagens sinalizam uma preocupação com reflexões voltadas para a cultura, para as tradições e para a lógica do reconhecimento de uma identidade estruturadora e mantenedora do caráter e das características dos espaços.

Vários autores, (Sposito, 2006), (Moura, 2012), (Novick, 2011), ao discutirem problemas contemporâneos que afetam as cidades, defendem a não dissociação dos fenômenos urbanos das manifestações rurais, uma vez que estas fazem parte da formação física, mas sobretudo do caráter destas nucleações. Não há como conceber a história da ocupação desvincilhada do processo de urbanização e, ao imaginar a história de uma cidade, nos detemos imediatamente nos seus marcos mais significativos, destacados na paisagem ou tradicionalmente estabelecidos, visualmente, ou pela memória individual ou coletiva local.

Deste modo, a dimensão cultural da vida urbana relacionada à paisagem, demonstra a experiência coletiva no espaço. Se o espaço, que carrega em si os tempos remotos, permite ser lido no presente e permitirá no futuro, é porque a mesma sociedade que o transforma também o mantém fisicamente. A forma é, portanto, resultado de processos sociais, não podendo ser dissociada destes. Do mesmo modo, os processos acabam sendo condicionados pelas formas – naturais ou moldadas pelo homem – já que estas permanecem por gerações e precisam ser reelaboradas por novos atores sociais.

Mas, diante de uma dinâmica cotidiana globalizada, caracterizada por territórios fragmentados e desarticulados; pela aceleração do tempo e pela presença midiática que atua em todas as esferas da vida, de que modo e sob quais óticas poderíamos tratar de identidade?

De certa maneira, a globalização estaria associada a uma uniformização a todos os níveis: da arte, da música, da moda, dos comportamentos, assim como da arquitetura e da paisagem. As grandes renovações e intervenções urbanas – há tempos disseminadas pelas cidades do mundo todo – apresentam-se como retratos da nova estrutura econômica imposta pelas relações entre as cidades globais.

No contexto global e da reprodutibilidade técnica, Muñoz (2008) sugere que há o surgimento de uma nova categoria de paisagem definida por sua ateritorialidade: paisagens independentes do lugar, que não o traduzem, nem são o resultado de suas características físicas, sociais e culturais. Paisagens reduzidas a somente uma das camadas de informação que as configuram, a mais imediata e superficial: a imagem. É a tentativa da reprodução e recriação do lugar que, em seu contexto mais decantado e original, jamais seria passível de reprodutibilidade.

Segundo Lefebvre, com a institucionalização do capitalismo e, mais tarde, com o fenômeno da globalização, o cotidiano das relações humanas passa a ser caracterizado pela repetição e pela tendência à homogeneização. Esse fenômeno da vida cotidiana contribui na direção da normatização do viver a cidade, os espaços e a paisagem, que deixa de ser entendida como produção e passa a ser entendida como produto a ser consumido.

A grande expansão das sociedades capitalistas, o crescimento urbano exacerbado e descontrolado, o fenômeno da globalização e, com ele, a disseminação das imagens, modas e tecnologias têm sido muito discutidas e questionadas quando tratamos da sua real atuação nas diversas esferas da vida.

Uma das grandes preocupações neste sentido, recai sobre a temática das paisagens naturais, urbanas ou rurais, e a sua proteção, uma vez que se detecta uma tendência de homogeneização destas e também uma crescente dificuldade de se encontrar as características singulares e originais dos lugares.

As próprias medidas de proteção do patrimônio passam por embates e tornam-se ineficazes diante das transformações rápidas e constantes que modificam o contexto, o entorno e o significado dos monumentos e/ ou conjuntos protegidos que acabam por perder o sentido existencial original tornando-se incompreendidos e descaracterizados.

Esta crise da paisagem de forma geral, como representante da memória construída de uma sociedade, relaciona-se intimamente à atual crise de identidade que a sociedade contemporânea vivencia. A incompreensão e conseqüente destruição da memória é apenas mais “uma conseqüência da necessidade

cada vez maior do novo, do imediato, do descartável, do consumível e, portanto, daquilo que silencia, porque não deixa marcas” (Castriota, 2009: 99).

Por outro lado, diante destas questões, é possível perceber por parte de especialistas, órgãos e instituições de preservação, uma preocupação no que diz respeito à manutenção das características e peculiaridades culturais consideradas ameaçadas diante dos processos contemporâneos de homogeneização. As reflexões neste sentido acabaram por proporcionar novas discussões, conceitos e um avanço que se configura na ampliação da noção de patrimônio e dos bens protegidos. É possível vislumbrar os caminhos por que passaram essas reflexões na tentativa de elaboração de novos critérios de abordagem e eleição dos valores de um bem patrimonial através das diversas cartas resultantes de encontros, conferências e debates realizados ao longo do tempo.

Neste contexto, é possível notar nos últimos anos, que a necessidade de preservar um legado natural e cultural de modo mais abrangente e amplo, tem alcançado relevância. Este fato nos leva à necessidade de se estudar de outro modo o patrimônio local, de forma mais aprofundada para sua identificação e caracterização, mas também em sua relevância regional, a fim de evidenciar a importância de sua conservação como parte da cultura materializada das comunidades, e as particularidades que os identificam e tornam singulares.

Para elaborar tais considerações serão tomadas como exemplares as inúmeras fazendas localizadas no Sul de Minas, formadoras de um conjunto tipológico característico dos séculos XVIII e XIX, que acabou por constituir uma paisagem peculiar no cenário mineiro e brasileiro, ao qual se integraram novas unidades a partir do século XX. Estas fazendas que a princípio serviam como base de apoio aos núcleos urbanos mineradores, eram também produtoras de gêneros diversos voltados ao abastecimento do mercado interno, fundamentadas no trabalho escravo e em grandes propriedades, estimuladas pela necessidade de ocupação territorial. Hoje, elas representam um grande acervo de reminiscências da formação do território no período de desbravamento do interior do país em busca do ouro das Minas, e também do período posterior, quando ocorre um deslocamento do eixo econômico e um retorno às áreas de campos cultiváveis, devido ao esgotamento e decadência das mesmas lavras.

É possível verificar que as grandes propriedades de terra, coroadas pelas sedes e casas-grandes, representantes do início da ocupação de uma das localidades mais antigas do estado de Minas, deram origem às pequenas cidades existentes na região. Paradoxalmente, no período de formação e consolidação do território sul-mineiro, tiveram importância secundária na representação local, sendo caracterizadas apenas por pequenos aglomerados e/ou pousos de paragens para os tropeiros desbravadores dos sertões.

Tais exemplares de fazendas centenárias, serão adotados, de forma conjunta com a paisagem natural e urbana, como formadores de um patrimônio cultural que, por sua vez, é gerador de uma paisagem singular e de modos de vida que apresentam uma identidade própria, cuja preservação ultrapassa a dimensão arquitetônica e monumental ao incorporar elementos imateriais.

Essa paisagem diversa combina um rico substrato natural – de campos férteis, montanhas e serras ricas em vegetação, cursos d’água e minérios –, e notáveis elementos culturais de diversas ordens como as fazendas representativas de uma época em que o novo território estava sendo descoberto e povoado, detentoras de técnicas construtivas trazidas pelos portugueses, das quais restam poucos remanescentes. Além disso, a região possui um variado e vivo patrimônio imaterial, presente no modo de vida que se mantém com características rurais, nas festas religiosas e no modo de produção artesanal.

A região analisada é formada por oito municípios sul-mineiros que foram selecionados por representarem o território onde se localizam as fazendas mais antigas de toda a região e por serem originários de sesmarias e, posteriormente, de vilas comuns do início da constituição do território mineiro. A presença das fazendas centenárias pode ser justificada pelo fato de alguns destes municípios serem cortados pelo Caminho Velho da Estrada Real, um dos eixos a serem estudados, demonstrando que neste território foram traçadas as primeiras trilhas e caminhos que indicavam a ocupação do interior do Brasil e do território do atual estado de Minas Gerais.

2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do trabalho é fundamental abordar a história da constituição do território e dos núcleos de povoação que tiveram sua origem a partir do desbravamento da região por bandeiras que buscavam os metais preciosos das Minas Gerais. A história desta constituição é marcada, sobretudo, pela abertura dos primeiros caminhos e pelo período posterior, caracterizado pela fixação do homem na região, trazendo como consequência a fundação das primeiras fazendas, que tiveram papel crucial para a localização dos primeiros núcleos formados.

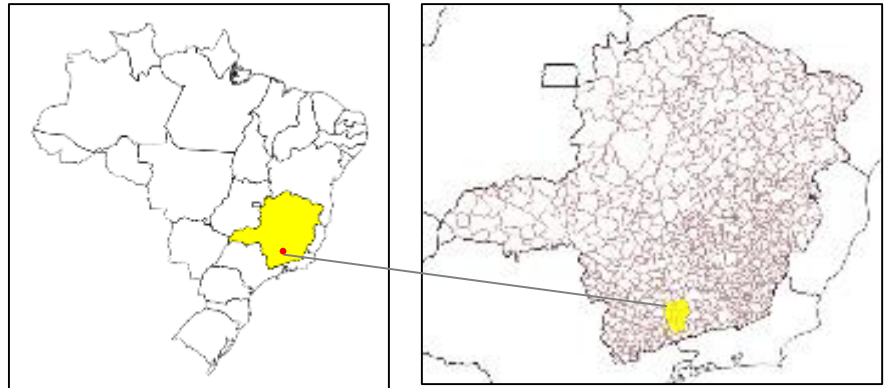


Figura 1: Localização do estado de Minas Gerais no Brasil e dos municípios objetos de análise no estado.
Elaboração própria a partir de base cartográfica e dados do IBGE

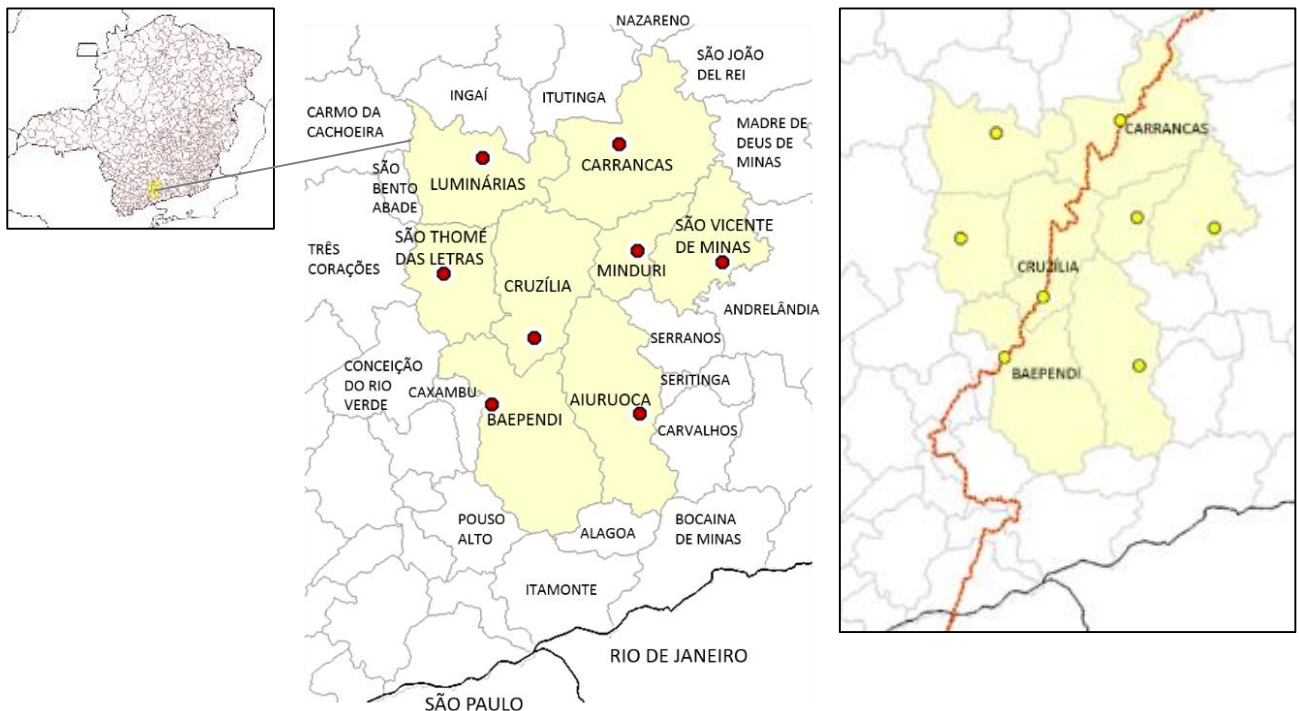


Figura 2: Localização dos municípios objetos de análise no estado de Minas Gerais.

O detalhe mostra o Caminho Velho da Estrada Real cortando alguns dos municípios objetos de análise.

Base cartográfica do IBGE

Elaboração própria

As fazendas, classificadas como representantes de uma paisagem cultural característica da região e das comunidades do sul de Minas, e suas reminiscências arqueológicas, assim como os pequenos núcleos urbanos a elas relacionados, podem ser analisados como unidades de paisagens e para isso serão tomadas as cartas patrimoniais e as transformações da noção de patrimônio incorporadas, abrangendo unidades espaciais mais complexas, até a introdução da escala do território, visando um diálogo com as pesquisas atualmente desenvolvidas sobre possíveis formas de salvaguarda do patrimônio regional.

Além disso, o patrimônio intangível, capaz de despertar uma diversidade de percepções e despertar o encanto e a riqueza do lugar será também considerado, uma vez que a sua manifestação e a preservação da combinação desses elementos subjetivos torna-se fundamental na manutenção do sentido de lugar e do sentimento de pertencimento.

Uma vez compreendido que as fazendas sul mineiras e o sistema de pequenas cidades por elas originadas dispõem de expoentes arquitetônicos, objetivos e documentais representativos e ainda mantém características indelévels que constituem patrimônio imaterial, esse trabalho pretende demonstrar que uma reflexão sobre novas estratégias e propostas de atuação sobre o patrimônio e a paisagem cultural é necessária para sua preservação.

3. A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO SUL MINEIRO

Toda a história de formação territorial brasileira é marcada pelo desbravamento de novos lugares e pela conquista de novas fronteiras. Em Minas Gerais, o reconhecimento do território foi marcado pelo descobrimento do ouro, sobretudo com o início do movimento das grandes expedições bandeirantistas rumo ao interior dos sertões das Gerais que propiciaria o encontro com a grande quantidade de metais preciosos que seria, por um século, o maior dinamizador econômico, social, político e cultural do país.

No primeiro momento a região era visitada apenas pelos paulistas predadores de índios e a fixação no local era dificultada pelas adversidades impostas pela natureza. Os primeiros núcleos populacionais eram representados pelo estabelecimento dos acampamentos bandeirantistas e, mais tarde, pelas lavras, o que caracterizava uma grande mobilidade de pessoas dentro do território: as lavras se esgotavam rapidamente o que fazia com que os núcleos fossem abandonados e estabelecidos em outros pontos ainda livres da exploração aurífera.

A empresa do ouro era um negócio de alta lucratividade e, segundo Furtado, “a combinação desses dois fatores – incerteza e correspondente mobilidade da empresa, alta lucratividade e correspondente especialização – marca a organização do início de toda a economia mineira” (Furtado, 2007, 121). Devido a esse caráter de efemeridade e aos constantes deslocamentos, a população se apresentava rarefeita e diluída por todo o território da exploração.

Separada do oceano Atlântico pela Serra do Mar e por florestas quase impenetráveis, as terras de Minas Gerais permaneceram por longo tempo desconhecidas pelos descobridores do Brasil. Dos diversos rios que irrigam ricamente o território, poucos são favoráveis à navegação. As montanhas de difícil acesso, não deixavam muitos vestígios indicadores de caminhos anteriormente percorridos. O clima, na sua maior parte, instável e distinto do que os portugueses encontraram no litoral, dificultava a logística dos desbravadores e a permanência das poucas trilhas existentes.

O desbravamento do sertão colonial inóspito pelos paulistas em busca de índios a serem utilizados nas lavouras de plantio em fins do século XVI, movera os bandeirantes a percorrer o território. Mais tarde, com as notícias do ouro e diante da visível queda das exportações coloniais, a própria Metrópole passaria a ser a maior estimuladora do reconhecimento da região através de uma política econômica de incentivo à rápida extração, “com promessas de honrarias e benefícios aos seus mandatários e aos particulares de maior iniciativa” (Vasconcellos, 1977).

A descoberta do ouro desencadeou a ocupação dos sertões das Minas Gerais e paralelamente, uma revolução que acarretaria efeitos políticos, econômicos e sociais, formando assim um novo território habitado por uma população heterogênea e muito numerosa, caracterizada por uma diversidade de camadas sociais resultantes do desenvolvimento de um mercado interno, estimulado pelo crescimento da população na região, que aconteceu em grande velocidade, diferentemente de outras regiões do Brasil.

A partir de 1763, com a transferência da capital do vice-reino de Salvador para o Rio de Janeiro, surgiu uma complexa rede urbana de novos caminhos, que também reforçou os antigos, usados desde as primeiras descobertas territoriais. Com a definição desta grande malha viária e das novas relações estabelecidas entre os diferentes territórios, surgiram diversas cidades, vilas e arraiais.

Os povoados, arraiais e as vilas do período extrativista em Minas Gerais configuraram modos de vida e núcleos urbanos que se diferenciam do exemplo clássico da cidade fortemente ligada ao campo. A

aglomeração urbana era integrada à atividade básica exercida no local e as lavras eram o maior suporte físico e econômico. Essa situação só mudaria durante a decadência do ouro, na primeira metade do século XVIII, quando as atividades agrícolas e pecuaristas se tornariam uma alternativa para a escassez do minério precioso. O ouro deixou seu legado por meio das novas dinâmicas comerciais, sociais e econômicas que se materializavam através de uma vasta rede de caminhos.

3.1. AS BANDEIRAS – DE SÃO PAULO ÀS MINAS

Os primeiros relatos sobre as terras da região atualmente denominada Sul de Minas datam de 1597, quando “Martin de Sá invade a região da Mantiqueira com significativa expedição da qual deve ter feito parte o inglês Anthony Knivet, pirata inglês, que escreveu sobre suas aventuras brasílicas” (PEREIRA 2003). Neste período as picadas indígenas são usadas pelos bandeirantes paulistas, como trilhas de acesso à região sul-mineira que levaria às minas de ouro e diamantes.

Já por volta de 1601 são feitos os registros históricos das passagens da bandeira de André de Leão, sertanista português falecido em cerca de 1605, pela região sul-mineira. Esta bandeira tinha como objetivo alcançar as serras de Sabarabuçu – atual região de Sabará – e foi resumida em documento conhecido como “Itinerário de Glimmer”, escrito pelo mineralogista holandês Wilhelm Glimmer, aventureiro que participara da empreitada. A partir daí é sabido que inúmeras bandeiras circularam pelos sertões, essas terras desconhecidas nas primeiras décadas do século XVII.

Mas foi a bandeira de Fernão Dias Pais Leme, no ano de 1674, a primeira organizada sob ordens da Coroa a avançar os sertões de Minas em busca de minérios valiosos, nesse caso, prata e as esmeraldas, já relatadas anteriormente pelo bandeirante Agostinho Barbalho. Este deixou seus roteiros à Fernão após sua última tentativa de avanço à Capitania de Minas Gerais.

Podemos dizer que o início do povoamento da futura Capitania de Minas Gerais se deu através da passagem de Fernão Dias que com seu bando, em sua aventura, foi plantando roças e deixando pousos de paragem que serviam de apoio aos bandeirantes que passariam posteriormente.

Muitas dessas pequenas unidades agrícolas e pousos de paragem se tornariam pequenos arraiais, atraindo pessoas das mais diversas localidades, de São Paulo a Portugal, que enxergariam na região uma possibilidade de sustento através do comércio e do fornecimento de munição e mantimentos aos que por ali passavam na empreitada das minas. Nesses agrupamentos construíram-se capelas, casas e assim, aos poucos, foram formando-se as primeiras nucleações.

Através do mapa esquemático elaborado a partir do relato de Barreiros (1979) (Figura 4), é possível notar como os elementos geográficos vão balizando e referenciando a presença do homem no território ainda desconhecido. Fica evidente que os montes, serras, rios e gargantas, são os principais elementos orientadores do caminho que vai sendo descoberto e consolidado, e da consequente localização das nucleações que surgiram posteriormente. O caminho relatado por Antonil (1982), se materializa em uma corrente formada por uma rede hidrográfica e geográfica que ainda hoje é parte integrante fundamental da paisagem da região sul mineira delimitada para análise, e das pequenas cidades que a constituem.

Em 1709 foi criada a capitania de São Paulo e Minas do Ouro, desmembrada do Rio de Janeiro. “Sentiu-se enfim que um só homem não podia administrar tão vastas regiões, e, por um decreto de 9 de novembro de 1709, São Paulo e a região das Minas tornaram-se conjuntamente uma capitania independente” (Saint-Hilaire, 2000, 46).

Em 1714, foram criadas as comarcas do Rio das Mortes, Vila Rica e Rio das Velhas. As comarcas em Minas (figura 5) marcaram desde então a regionalização de seu território, dividindo-o em áreas com características naturais, econômicas e sociais similares. A comarca do Rio das Mortes, que tinha como sede a cidade de São João d’El Rey, equivale hoje à região denominada Sul de Minas, sendo a que de fato nos interessa, pois representa o território que diz respeito ao tema do presente trabalho.

Durante onze anos os distritos mineradores ficaram subordinados a São Paulo, até que em 1720, foram elevados a Capitania Geral, como nome de Minas Gerais e seu território foi separado oficialmente de São Paulo. Neste período a divisão civil da capitania indicava a existência de quatro Comarcas na Província:

Ouro Preto, Rio das Mortes, Rio das Velhas e Serro Frio, assim permanecendo a divisão durante todo o século XVIII. A quinta Comarca, do Paracatu, seria estabelecida somente em 1815.

As diversas medidas de controle do acesso à região das minas não evitaram completamente os acessos e a ocupação de novas áreas, assim, em 1781, o então governador dom Rodrigo José de Meneses percorreu as áreas que supostamente estariam fechadas e constatou a ocupação que havia sido realizada paulatinamente, através de anos, sem que os governadores pudessem desconfiar e controlar.

A partir daí e da vinda da família real para o Rio de Janeiro em 1808, passa a ser promovida oficialmente a ocupação do território através da abertura de novos caminhos, da busca de novas minas e da doação de sesmarias. As doações de terras, os títulos e as regalias, vinham em contrapartida aos deveres dos particulares, que passariam então a cuidar de questões que eram, até o momento, da alçada do Estado. Além disso, era necessário tratar de facilitar o escoamento da produção para o abastecimento da corte.

A descoberta do ouro havia requerido grande demanda por itens de subsistência, uma vez que houve um crescimento abrupto da população, com isso, foram sendo estabelecidas as primeiras fazendas ao longo dos caminhos que levavam às minas. Essas propriedades tinham papel fundamental no abastecimento da população mineira, sendo também uma boa alternativa aos homens que preferiam dedicar-se à atividade agrícola a arriscar-se nas minas que logo apresentariam os primeiros sinais de decadência.

As terras da região sul de Minas Gerais, que possuem clima ameno e são ricas em campos férteis e de boa qualidade, diferentemente das terras improdutivas e íngremes da região das minas, ficaram conhecidas por estes atributos, atraindo proprietários que vinham, sobretudo, de São Paulo e de Portugal, cuja corrente migratória teve papel importante na diferenciação das fazendas do Sul de Minas quando relacionadas às fazendas de outras regiões da capitania, sobretudo por causa dos mestres-construtores que traziam para o Brasil as técnicas empregadas no além-mar.

Localizada no trajeto dos bandeirantes, que saíam de São Paulo pelo Caminho Velho em busca do ouro nas Minas Gerais, a região delimitada para estudo, abrigou as primeiras povoações da Comarca do Rio das Mortes. Embora em alguns locais o ouro fosse presente, principal interesse dos que aspiravam ao enriquecimento rápido e fácil, os seus primeiros habitantes eram agricultores e criadores, o que indica não ter sido encontrado ouro em quantidade considerável e economicamente rentável na região e arredores.



Figura 3: Croqui do itinerário feito por Saint-Hilaire em sua segunda viagem a Minas, São Paulo e Rio em 1822

Saint-Hilaire (1938)

Modificado pela autora

Grande parte das terras da província de Minas foi distribuída por sesmarias, sobretudo as da Comarca do Rio das Mortes, devido ao crescente interesse pelas terras da região que se mostravam muito fecundas e proporcionavam boa adaptabilidade ao gado, além de clima ameno e muitas riquezas naturais, sendo uma das mais procuradas para a obtenção de terras, o que demonstra como foram formados os povoados e seus primeiros moradores na aérea rural. Posteriormente, essas terras eram ampliadas através do requerimento, por parte de outros membros da mesma família, de novas sesmarias anexas às já concedidas anteriormente.

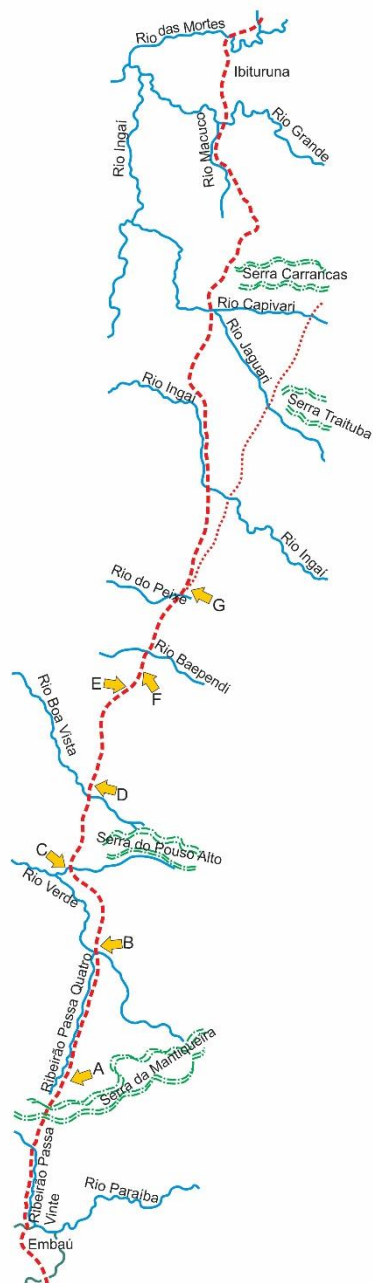


Figura 4: Mapa esquemático da passagem da bandeira de Fernão Dias pelo sul de Minas, em 1674. (BARREIROS 1979) Modificado pela autora

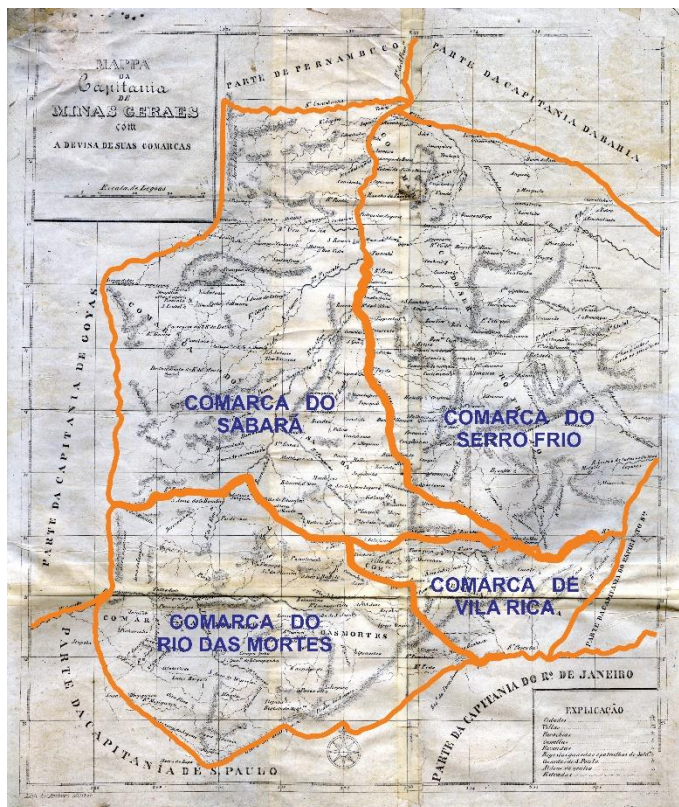


Figura 5: “Mapa da Capitania de Minas Geraes com a Devisa de suas Comarcas”. Ca. 1778. Arquivo Público Mineiro (AMP) Modificado pela autora

4. SURGIMENTO DAS CIDADES NA PAISAGEM

As pequenas cidades analisadas na região do sul de Minas, estão estreitamente vinculadas ao mundo agrário e rural, uma peculiaridade que nos coloca diante de populações que até poucas décadas não tinham relação com a indústria ou o setor de serviços.

Estas cidades parecem não ter passado por um processo de “desenvolvimento” – no sentido mais corrente do termo –, comum às cidades que cresceram demográfica e territorialmente e, muitas vezes, se tornaram núcleos referenciais de uma região, configurando-se como motores de desenvolvimento de outras extensões territoriais.

Ao contrário, estas pequenas cidades conseguiram manter até certo grau, uma condição original de estreita relação entre o modo de vida rural e urbano, fato este que acaba por se estender aos costumes, como a tradição agrícola e pecuarista, e à própria paisagem.

Além disso, dada a sua natureza histórica, caracterizam-se por contar com um patrimônio importante, não como bens monumentais, mas como vestígios capazes de reconstituir e oferecer uma leitura do território original em sua integridade. Os elementos arquitetônicos excepcionais que pontuam este território, integram-se a fortes elementos naturais que vão se combinar numa rica paisagem cultural, que se apresenta de forma peculiar em relação a outros sítios urbanos mineiros.

Estas cidades parecem esquecidas no tempo e no território por não desempenharem um papel de relevância na economia ou pela própria condição de localização, uma vez que encontram-se afastadas da capital do estado, mas são detentoras de valores materiais e imateriais singulares, de interesse desta pesquisa, principalmente porque impõem uma reflexão sobre os instrumentos de preservação e sua aplicação.

Para a análise da paisagem que a partir do que já foi definido, possui um valor cultural intrínseco, serão definidos alguns eixos significativos que permitam demonstrar a formação do território a partir do início do povoamento de Minas Gerais até os dias de hoje, através dos vestígios e referências culturais e da integração entre edifícios históricos, núcleos urbanos, caminhos e elementos geográficos.

O território sul mineiro é um dos mais ricos em sua diversidade natural e geográfica, o que gera um sistema de núcleos urbanos muito heterogêneos mas que têm em sua gênese uma relação de totalidade territorial. Em uma primeira delimitação da área de estudo, as primeiras categorias de seleção parecem ser as geográficas (delimitando possivelmente uma porção do território sul mineiro) e a temporal (edificações rurais com origem em um período que coincide com o início da ocupação do território).

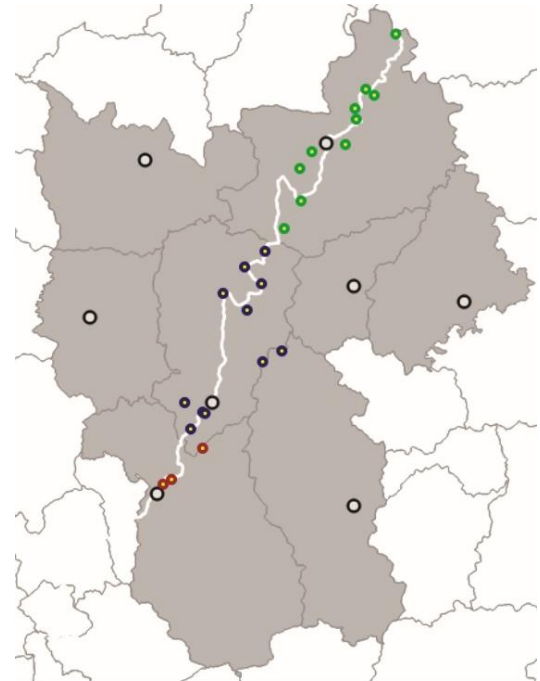
Contudo, foram considerados outros aspectos mais específicos como número e perfil populacional, localização e características das edificações ou de bens culturais, características físicas do território, conformação do entorno natural, os relacionados às manifestações culturais e sociais e, por fim, à representatividade dos núcleos urbanos que compõem o território. Desta forma, incluem-se fazendas implantadas no século XX e núcleos desmembrados recentemente.

As cidades escolhidas configuram-se como cidades pequenas, que não ultrapassam o número de 20.000 habitantes, mas que apresentam grande extensão municipal e que, na origem, representavam uma porção única de terra que foi sendo desmembrada ao longo do tempo. Estas cidades que a princípio parecem ser pouco significativas quando tratamos sob a perspectiva econômica, adquirem uma especial relevância quando tomadas como região.

Além disso, há lacunas nos estudos referentes a essas cidades, sobretudo quanto ao patrimônio cultural e à sustentabilidade. São muitos os estudos sobre a região metropolitana, cidades relacionadas à mineração, centros regionais, porém, salvo publicações muito pontuais, as cidades pequenas não são contempladas pelas pesquisas acadêmicas assim como é possível verificar o mesmo abandono por parte dos institutos e órgãos de proteção. Logo, este trabalho de investigação pode ter um papel essencial na formação de uma bibliografia mais especializada e apropriada sobre o tema.

A análise visa destacar ou criar possíveis eixos que explicitem a presença de redes, que por estabelecerem um vínculo territorial com forte característica cultural ou mesmo funcional, podem tornar essas cidades pequenas do interior de Minas um importante conjunto patrimonial.

Assim, objetiva-se gerar conhecimento sobre a região mediante a construção de novas cartografias, utilizando diferentes camadas de informação territorial e escalas de observação. Em outros termos, trata-se de encarar um processo no qual a recomposição das fontes gráficas disponíveis se converte em um dos principais instrumentos metodológicos.



LOCALIZAÇÃO DAS FAZENDAS AO LONGO DO EIXO DO CAMINHO VELHO DA ESTRADA REAL NA ÁREA DELIMITADA

- FAZENDAS NO MUNICÍPIO DE BAEPENDI
- FAZENDAS NO MUNICÍPIO DE CARRANCAS
- FAZENDAS NO MUNICÍPIO DE CRUZÍLIA
- NÚCLEOS URBANOS

Figura 5: Eixo 1. Caminho Velho da Estrada Real passando pelos municípios de Baependi, Cruzília e Carrancas.
Base cartográfica do IBGE (1974-75)
Elaborado pela autora.

Figura 3: Localização das fazendas e municípios ao longo do Eixo 1: Caminho Velho da Estrada Real
Elaborado pela autora.

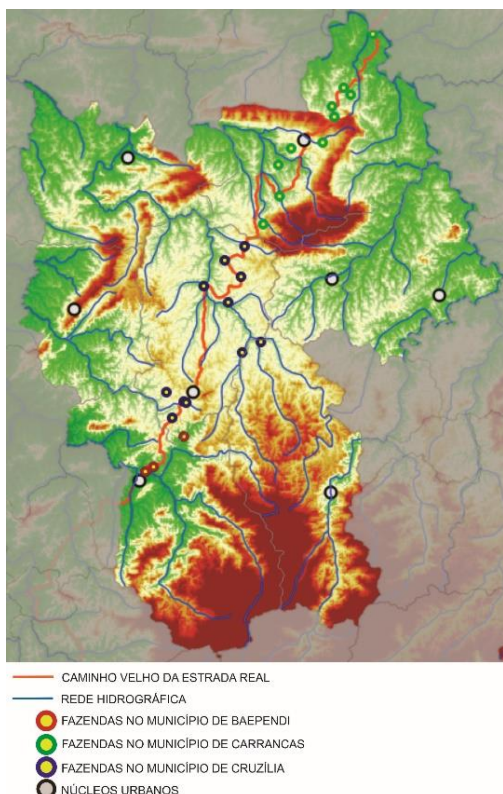


Figura 4: O relevo, o eixo, a rede hidrográfica e a localização das fazendas e municípios.
 Base cartográfica do IBGE e imagem da Embrapa. Escala original 1:50.000.
 Elaborado pela autora.

4.1. SOBRE OS CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO DA PAISAGEM

Após a compreensão histórica da formação do território em questão, caracterização da região e dos seus municípios formadores; a partir de análises e cruzamento de dados gráficos, estatísticos, bibliográficos e *in loco*, das fazendas pontuadas ao longo do eixo demarcado, buscaremos uma discussão sobre os diversos aspectos nele observados e sobre as dificuldades e possibilidades referentes ao estabelecimento de políticas de proteção e preservação para a área.

Propõem-se uma discussão sobre os as condições atuais referentes ao patrimônio os instrumentos e figuras que abordem o tema da preservação, questionando seus critérios e propondo novas formas de valorização dos bens em questão.

Antes de tratarmos especificamente dos novos critérios passíveis de serem aplicados, é necessário fazer um levantamento e um reconhecimento da atual situação no que concerne a gestão patrimonial dos municípios selecionados, compreendendo as normas e os impasses que os afetam em sua relação com os bens culturais e sua sustentabilidade.

É preciso conhecer sobre presença e a atuação dos conselhos patrimoniais (ou culturais) municipais e também sobre a gestão regional realizada pelo IEPHA, a partir de alguns indicadores como a pontuação do ICMS e dos repasses aos Fundos Municipais de Preservação, para que seja possível avaliar os impactos por eles causados na preservação ou não preservação dos bens culturais.

Feitas estas análises, é possível discutir caminhos para a preservação em consonância com a realidade da região, que pressupõem a criação de um sistema de indicadores próprio para a análise da condição atual dos bens, que por sua vez implica na elaboração de um modelo específico de ficha para a apreensão das questões do conjunto de lugares e de delimitação da paisagem e não individuais.

O reconhecimento das pequenas cidades como formadoras de um sistema de redes pode significar uma reafirmação da importância estrutural destas para o território, além de propiciar uma leitura em associação com as fazendas e caminhos da região, apresentando-se como uma nova estratégia para o desenvolvimento do sistema territorial sul mineiro de maneira geral.



Figura 8: Fazenda Angai
Acervo próprio (2014)



Figura 9: Fazenda Campo Lindo
Acervo próprio (2014)



Figura 10: Fazenda Favacho
Acervo próprio (2014)

5. AS CARTAS PATRIMONIAIS E A AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO

Um sinalizador do surgimento das preocupações referentes ao patrimônio cultural e quanto a possíveis ações referentes à sua proteção pode ser relacionado à elaboração da Carta de Quito, da Organização dos Estados Americanos, em 1967, que abriria caminho, no que diz respeito as ideias latino-americanas, para as possibilidades do patrimônio cultural operar como componente do desenvolvimento socioeconômico, mediante a adoção de um plano sistemático de revalorização do acervo em função do desenvolvimento econômico-social.

O documento considera a paisagem detentora de “marcas e expressões do passado, testemunhos de uma tradição histórica de inestimável valor” (2008) e propõe que as medidas de preservação visem a noção de revalorização do patrimônio cultural relacionada sobretudo ao interesse público e para o benefício econômico dos países e municípios, sendo que, as demais cartas que lhe sucederam só reforçaram essa vertente de pensamento. Com isso, as Normas de 1967 visam uma possível reconciliação entre as novas demandas contemporâneas com a proteção dos valores e bens patrimoniais por meio de regulamentações governamentais, projetos internacionais e pela participação conscientização da sociedade, como forma de manutenção da noção de pertencimento e da identidade reforçando o debate acerca do sentido da ocupação e transformação do espaço, história e da memória, do patrimônio e sua intrínseca relação com os modos de vida em sociedade.

Já em 1972, questões mais amplas relativas ao patrimônio arquitetônico seriam tratadas e registradas na Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural, que contou com a participação ativa do ICOMOS e da IUCN, a fim de demonstrar os primeiros esforços para a conservação do patrimônio cultural e natural, frente à constatação das ameaças de degradação, surgidas sobretudo pelas transformações sociais e econômicas que caracterizavam as dinâmicas mundiais. A partir daí, o termo “paisagem cultural” ganharia projeção, ainda que de forma frágil, sem a amplitude que compreende atualmente.

A introdução da noção de paisagem cultural tinha como objetivo principal possibilitar a abertura de novas perspectivas no âmbito patrimonial, ampliando o seu conceito e os critérios a serem considerados para a proteção dos bens, combinando aspectos materiais e imateriais, sinalizando as relações intrínsecas e de fundamental importância, entre o homem e o meio natural que conforma suas ações.

A Convenção do Patrimônio Mundial, estabelece chancela e apoio internacional aos bens detentores de “valor universal excepcional”, a fim de evitar o aumento da degradação ou mesmo o desaparecimento de bens culturais e naturais excepcionais, promovendo o reconhecimento e salvaguarda internacional do patrimônio.

O significado e a autenticidade dessas paisagens também perpassam por elementos que envolvem a dimensão intangível do patrimônio, considerando a necessidade de manutenção e da continuidade de modos tradicionais de cultura, vivência e de produção, e que muitas vezes só têm sentido em uma determinada localização, criando um sentido único de lugar, carregado de identidade e de distinção, o que relaciona a preservação de paisagens culturais, diretamente às formas tradicionais de produção e de vida.

A relação com o cotidiano e com a originalidade das tradições e modos de fazer e de viver que permeiam a noção de paisagem cultural acarretou também na adoção formal do conceito de “desenvolvimento sustentável” pela comunidade internacional, a partir da Convenção de 1972, ao considerar a proteção e a conservação do patrimônio natural e cultural como sendo de fundamental importância à noção de sustentabilidade.

A ampliação do conceito de patrimônio, apesar de apontar um significativo avanço nas políticas de conservação e preservação tem como paradoxo a consideração de uma diversidade de manifestações representantes das interações entre o homem, como sociedade, e seu meio natural, que acabará por demonstrar uma delimitação bastante indefinida, controversa e polissêmica que dificulta a classificação do patrimônio. E o quadro que de fato podemos assistir é que apesar das renovações e da ampliação do conceito de patrimônio que iniciaram-se na década de 1960, os patrimônios cultural e natural continuaram a ser tratados de forma desconexa e desvinculada, através da eleição e delimitação de áreas de proteção.

A nova categoria de “paisagem cultural” seria de fato lançada por ocasião da 16ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, em Santa Fé, Novo México, em 1992, com a apresentação do primeiro instrumento legal internacional de reconhecimento e proteção do Patrimônio Natural Cultural, mas a própria Convenção,

como o primeiro documento internacional que visa trabalhar conjuntamente os patrimônios naturais e culturais, estabelece uma distinção entre as categorias.

Segundo o comitê os patrimônios culturais podem ser classificados em Monumentos, Grupos de edificações e Sítios. Já os patrimônios naturais, são definidos como “características naturais compostas de formações físicas e biológicas, ou grupos dessas formações, que tenham Valor Universal Excepcional do ponto de vista estético ou científico” (Unesco, 2013, 24).

O reconhecimento como Patrimônio da Humanidade ocorre quando o bem responde a pelo menos um dos critérios estabelecidos pela UNESCO, inserindo novas possibilidades de preservação, relacionadas a valores antropológicos e etnológicos, permitindo o reconhecimento de manifestações tradicionais de pequenos povos, juntamente com centros urbanos históricos e monumentos consagrados.

A ampliação dos conceitos referentes ao patrimônio e aos métodos de caracterização dos bens patrimoniáveis, auxiliam, portanto, a elaboração de possíveis diretrizes de preservação para o objeto de estudo deste trabalho. As fazendas e as referências culturais, urbanas e ambientais do território de análise, não possuem valor por sua monumentalidade, nem podem ser consideradas como um conjunto histórico, com perímetro e área específicos, mas são remanescentes de natureza diversificada, capazes de contar a história do território, dotados de sentido e significado atribuídos pelos grupos sociais locais.

A busca de integração do objeto patrimonial à cidade e à paisagem pode ser verificada na Declaração de Amsterdã, de 1975 que sistematizou uma nova forma de abordagem de intervenção denominada “conservação integrada”, com a preocupação de integrar as ações de preservação do patrimônio às políticas de desenvolvimento urbano e econômico.

Os documentos de Amsterdã apresentam parâmetros universais sobre possíveis formas de abordar a diversidade dos contextos urbanos e abolir a segregação hierárquica entre os conjuntos de maior interesse artístico e os que não tiveram o interesse reconhecido ou valorizado, como as produções vernaculares, as de populações rurais ou de pequenos povos considerados “excluídos da história oficial”, como os índios, os negros e os imigrantes.

A Declaração também veicula o termo “reabilitação” explicitando a mudança necessária e inevitável de os processos de conservação do patrimônio ganharem espaço entre os objetivos centrais do planejamento que deve ser então, territorial e elaborado interdisciplinarmente, o que sugere desafios metodológicos para uma renovação do planejamento, incitando o debate e a reflexão sobre a atuação profissional dos urbanistas que “(...) devem reconhecer que os espaços não são equivalentes e que convém tratá-los conforme as especificidades que lhes são próprias” (Iphan, 2004).

Nesta mesma linha de pensamento surge a ideia do território como projeto, noção que difere de uma concepção administrativa ou meramente patrimonial do território, mas trata de uma construção social como construção coletiva sobre a materialidade dos lugares, demonstrando o crescente interesse dos urbanistas – que acaba por refletir nos projetos – pela valorização dos recursos territoriais, seja como expressão da identidade cultural, contribuindo para o desenvolvimento social sustentável, bem como para a sustentabilidade econômica, ou como valor estratégico para a conservação, no caso dos recursos naturais, proporcionando equilíbrio ecológico.

Em 1976, o ICOMOS lançaria uma carta para tratar exclusivamente do turismo cultural, aquele que tem por objetivo o “conhecimento dos monumentos e sítios histórico-artísticos”. A Organização Mundial do Turismo, a UNESCO e os Estados nacionais foram conclamados a realizarem esforços conjuntos no sentido do desenvolvimento do turismo responsável, onde é possível tirar proveito da contribuição advinda do aumento do fluxo de turistas, para a manutenção e proteção do patrimônio e buscando evitar os efeitos degradantes que podem ocorrer em função do uso massivo e descontrolado dos monumentos como atrativos.

Neste sentido, a proposta de desenvolvimento de um turismo cultural sustentável aponta para uma das possibilidades de valorização da região de estudo. O turismo em torno do patrimônio representa um potente organismo gerador de capital econômico e social, capaz de alavancar a dinâmica funcional das áreas de estudo.

É importante ressaltar que o estímulo às atividades turísticas deve acontecer através de planos, estratégias e métodos que tenham a sustentabilidade como preocupação central, para que este não se torne predatório ou mesmo descaracterizante.

Ainda em 1976 seria registrada a Carta de Nairóbi, que abordaria de forma mais completa as medidas de salvaguarda de conjuntos históricos. As diversas contribuições propostas pelo documento à problemática da preservação perpassam por questões administrativas, econômicas e sociais, destacando-se as propostas de articulação com a política habitacional como estratégia à reabilitação do patrimônio arquitetônico, além de ações relacionadas a problemas urbanos característicos, como o controle da especulação imobiliária, da poluição visual e da insalubridade ambiental através da aplicação efetiva de planos e instrumentos urbanísticos.

A Carta de Nairóbi traz ainda outra contribuição importante no que diz respeito à questão conceitual, ampliando a noção de entorno para a de “ambiência” dos conjuntos históricos (natural, construído, rural e urbano), abrangendo vínculos sociais, econômicos e culturais, que devem ser considerados como formadores de um “todo coerente” ao conjunto histórico principal, o que ainda demonstra a existência de uma hierarquia determinada entre um conjunto principal e a ambiência.

Ainda com a noção de que a ambiência dos lugares é fundamental para a manutenção da essência do objeto patrimonial, a carta de Washington, de 1986, considera a paisagem como algo que dá sentido a um bem mais importante, como um cenário, pano de fundo. Ressalta a necessidade da salvaguarda da relação entre os edifícios, a malha urbana, e a paisagem natural. Elenca a participação da comunidade como imprescindível para salvaguarda da cidade. Aponta a necessidade da conscientização da população a respeito da importância da manutenção de locais patrimoniais através de programas de divulgação e da educação patrimonial.

A noção de ambiência que vai sendo inserida nos novos conceitos sobre o patrimônio, nos remete à noção de lugar, como o espaço que contém caráter e detém as qualidades responsáveis por despertar o sentimento de pertencimento aos indivíduos, juntamente com os componentes imateriais do patrimônio.

A carta de Washington também indica a importância da manutenção da memória como forma de melhoria da autoestima dos habitantes de uma localidade, questão que poderia ser trabalhada de forma conjunta à valorização do patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável da região de análise.

Sobre os componentes imateriais do patrimônio a Declaração de Quebec (2008) sobre “a proteção do espírito do lugar”, apresenta sua contribuição. Resultado da 16ª Assembleia Geral do ICOMOS, ao documento propõe reflexões sobre “as relações entre patrimônio material e imaterial e os mecanismos que regulam o espírito do lugar”, reforçando a antiga noção romana que já mencionamos anteriormente.

Segundo a Declaração, o espírito do lugar é constituído pelo “conjunto de bens materiais (sítios, paisagens, edificações, objetos) e imateriais (memórias, depoimentos orais, documentos escritos, rituais, festivais, ofícios, técnicas, valores, odores), físicos e espirituais, que atribuem sentido, valor, emoção e mistério ao lugar”. (ICOMOS 2008, 2). Estas duas categorias de bens de preservação devem então, ser consideradas de forma conjunta e indissociável segundo as considerações do documento.

Outro aspecto proposto pela Declaração de Quebec aponta que: O espírito do lugar oferece uma compreensão mais abrangente do caráter vivo e, ao mesmo tempo, permanente de monumentos, sítios e paisagens culturais. Supre uma visão rica, mais dinâmica e abrangente do patrimônio cultural. O espírito do lugar existe, de uma forma ou de outra em praticamente todas as culturas do mundo e é construído por seres humanos em resposta às suas necessidades sociais. As comunidades que habitam o lugar, especialmente quando se trata de sociedades tradicionais, deveriam estar intimamente associadas à proteção de sua memória, vitalidade, continuidade e espiritualidade (Icomos, 2008, 3).

Os aspectos na Declaração de 2008 motivam assim, a necessidade de compreender e propor medidas preventivas contra as ameaças ao espírito do lugar através do conhecimento aprofundado das localidades e de seu patrimônio, identificando as relações estabelecidas entre os elementos materiais e imateriais que fazem parte da riqueza cultural viva das comunidades.

Em 2009, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) promulgou a Portaria nº127, que estabelece a chancela da “Paisagem Cultural Brasileira”, definida ali, em seu Artigo 1º, como uma “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, Portaria n ° 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da paisagem cultural brasileira 2009).

Com este documento o Brasil começa a institucionalizar a ideia de paisagem cultural, buscando um reconhecimento das relações harmônicas com a natureza; da valorização da relação afetiva com o território; e da qualidade de vida da população, considerando o caráter dinâmico das transformações culturais expressas pelo homem, intrínsecas ao desenvolvimento econômico e social, mas ressaltando a necessidade da preservação responsável do patrimônio, uma vez que demonstra a preocupação com a manutenção das características peculiares locais diante dos “fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais que colocam em risco contextos de vida e tradições locais em todo o planeta” (Iphan, 2009).

Portanto, é possível verificar que apesar das controvérsias e polissemias que circundam o tema da paisagem cultural, o conceito parece possibilitar novas perspectivas relacionadas às ideias tradicionais relativas à preservação, permitindo leituras mais amplas e a compreensão do patrimônio como sendo representativo da interação dos diversos elementos essenciais à manutenção do caráter e da ambiência dos lugares.

Ao se buscar a superação da separação entre natureza e cultura e se reconhecer a existência de uma relação intrínseca entre a paisagem cultural e os saberes e modos tradicionais, é possível uma reflexão mais ampla sobre a proteção dos valores, do patrimônio intangível e das paisagens naturais, considerando aspectos naturais e culturais, materiais e imateriais que são, muitas vezes, ignorados.

Diante do exposto, é possível analisar o caso das fazendas e municípios escolhidos, localizados no sul do estado de Minas Gerais. Esta localidade apresenta um excepcional conjunto arquitetônico, ao lado de fortes elementos naturais combinados numa rica paisagem cultural, que vai se apresentar de forma bastante peculiar em relação às dos demais sítios urbanos mineiros, sejam aqueles originados a partir das minas de ouro ou diamantes, ou aqueles que surgiram da busca da cura através das águas minerais e termais, principalmente no que se refere à origem da sua conformação espacial e ao caráter dos municípios que ainda se mantêm com características e modos de vida muito próprios dos povos antepassados tradicionais da região.

A partir da análise dos instrumentos de preservação e de uma compreensão ampliada da região, que ainda não possui qualquer forma de proteção legal que a considere como conjunto representativo de uma paisagem cultural, parece-nos possível propor estratégias integradas de intervenção que, combinando esses diversos aspectos, indiquem algumas repostas ao complexo desafio da conservação das paisagens e do espírito dos lugares.

6. CONCLUSÕES

Com as pesquisas desenvolvidas até o momento foi possível perceber que os edifícios históricos rurais se relacionam de forma diacrônica e dispersa no território. O reconhecimento das pequenas cidades como formadoras de um sistema de redes no território é um dos elementos sob o qual se pretende afirmar a importância do conjunto, além de constituir uma importante forma de vislumbrar e tratar o patrimônio, ou ainda como uma nova estratégia para a abordagem da gestão do território sul mineiro de maneira geral. O reconhecimento deste sistema pode ser o primeiro passo para um tratamento global dos assentamentos sul mineiros, mediante um sistema não hierarquizado e cooperativista, com base numa definição do papel funcional do conjunto e de cada unidade. Com isso é possível superar deficiências e alcançar um equilíbrio regional.

Fica claro que, por diversos fatores, materiais, de conservação, de gestão e mesmo econômicos, os bens de valor representados pelas fazendas não cabem em medidas tradicionais de preservação: muitas sofreram alterações indiscriminadas ao longo do tempo, prejudicando sua integridade. Além disso, tratamos de cidades muito pequenas que apresentam, ainda hoje, uma forte relação de propriedade, o que também dificulta os processos clássicos de preservação, apontando para o fato de que novas formas de discussão sobre o tema são necessárias.

Espera-se que a abordagem territorial a partir de um sistema de cidades pequenas indique um caminho para a discussão de preservação, ao possibilitar a associação das mesmas, explorando possíveis potencialidades representadas por redes turísticas, patrimoniais ou produtivas, sem que a continuidade espacial seja um requisito, como é necessário quando aplicado o instrumento do Itinerário Cultural, desenvolvido pela UNESCO na década de 1990.

Parece, portanto, haver possibilidades capazes de alavancar o desenvolvimento sustentável da região apoiado na preservação do patrimônio e que são pouco aproveitadas.

7. BIBLIOGRAFIA

- ANTONIL, A. J. (1982). *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- BARREIROS, E. C. (1979). *Roteiro das Esmeraldas: a bandeira de Fernão Dias Pais*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- CASTRIOTA, L. B.(org) (2009). *Paisagem Cultural e Sustentabilidade*. Belo Horizonte: UFMG.
- FURTADO, C. (2007). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GLIMMER, W.J. (1899). *Roteiro de uma das Primeiras Bandeiras Paulistas*. in RIHGSP, Vol. IX.
- IBGE (2010). Diretoria de Geociências. *Atlas Nacional do Brasil Milton Santos* . Rio de Janeiro: IBGE.
- ICOMOS. (2008). *Salvaguarda do espírito do lugar*. Quebec.
- IPHAN. (2000). *Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- (2009). *Portaria n ° 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da paisagem cultural brasileira*.
- MOURA, R. (2012). “A dimensão urbano-regional na metropolização contemporânea .” *EURE*, v. 38, n. 115, 2012: 5-31.
- MUÑOZ, F. (2008). *urBANALización. Paisajes comunes, lugares globales*. Barcelona: Gustavo Gili.
- NOVICK, A. NUÑEZ, T. & BEL, J. S. (diretores) (2011). *Miradas desde la quebrada de humahuaca. Territorios, proyectos y patrimonio*. Buenos Aires: Cuentahilos,
- PEREIRA, A. M. (2003). *Cronologia Quse Trovada de São Sebastião da Encruzilhada*. Campinas, SP: Komedi.
- SAINT-HILAIRE, A. (1038). *Segunda viagem a Minas Gerais e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- SPOSITO, M. E. B. (2006). “O Desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo.” *CIDADES*, v. 3, n. 5, 2006: 143-157.
- UNESCO, Brasil. (2013). *Preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial*. Brasília: Iphan.
- VASCONCELLOS, S. (1977). *Vila Rica*. São Paulo: Perspectiva.